PREGÃO ELETRÔNICO

114637-69/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (114637)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

OBJETO

Registro de preços para aquisição de calças conversíveis em bermudas e bonés do tipo legionário (estilo touca árabe) a serem utilizados pelos agentes censitários na operação do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. - CAFA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 14.089.400,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **13/11/2026** às **10 horas da manhã (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO 5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 9
8. DA FASE DE JULGAMENTO 13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO 15
10. DO TERMO DE CONTRATO 18
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 19
13. DOS RECURSOS 20
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 20
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 22
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 23

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

MODELO DE EDITAL

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CDDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114637-69/2026

(Processo Administrativo n°03605.000120/2026-33)

Torna-se público que o(a) FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, por meio do(a) GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (GPO), do CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CDDI, sediado(a) à Rua General Canabarro, 706, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de calças conversíveis em bermudas e bonés do tipo legionário (estilo touca árabe) a serem utilizados pelos agentes censitários na operação do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola - CAFA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 4 (quatro) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em caso de eventual discordância existente entre as especificações descritas no sistema CATMAT do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e as especificações constantes dos Anexos deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens **2 e 4**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11 *Pessoas físicas.*

3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

3.10. O impedimento de que trata o item 3.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.4 e 3.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.15. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *Valor unitário e total do item;*

6.1.2 *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 20.000 unidades*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de .R$ 0,05. (cinco centavos).*

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto n° 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU n° 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas brasileiras;

7.24.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

7.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 contiver vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

8.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, ***poderá*** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por solicitação via e-mail licitacddi@ibge.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de *5 (cinco)* dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de *0,5%* a *15%* do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de *15%* a *30%* do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através do e-mail licitacddi@ibge.gov.br .

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/licitacoes-e-contratos/editais.html .

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II - Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3 Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.4 Anexo IV - Termo de Ciência e concordância;

16.11.5 Anexo V - Modelo de Proposta Comercial;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

Rio de Janeiro, RJ, 19 de outubro de 2026.

Equipe de Licitações IBGE/CDDI

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

(Processo Administrativo n° 03605.000120/2026-33)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição, **mediante Sistema de Registro de Preços - SRP,** de **calças conversíveis em bermudas e bonés do tipo legionário/legendário (estilo touca árabe) a serem utilizados pelos agentes censitários na operação do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola - CAFA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Calça conversível em bermuda Material da calça/bermuda conversível: • malha piquet composta por 65% poliéster e 35% algodão • gramatura nominal 200g/m² • tolerância da gramatura: + ou – 5% • Finalidade: Vestimenta operacional destinada a atividades de campo com exigência de mobilidade, conforto térmico e resistência ao uso contínuo Tonalidade do tecido: azul pantone 2767 • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+. • Botão metálico ou usinado resistente • Zíper conversível (pernas): destacável, nylon de qualidade equivalente à YKK Sistema conversível: • Zíper acima do joelho • Separação em bermuda • 2 bolsos frontais tipo faca com forro reforçado • 2 bolsos traseiros embutidos com lapela, fechamento velcro • 2 bolsos	238273	Unidade	97.500	R$ 80,14	R$ 7.813.650,00

	laterais cargo com fole, tampa de velcro Ampla concorrência - 75%					
2	Calça conversível em bermuda Material da calça/bermuda conversível: • malha piquet composta por 65% poliéster e 35% algodão • gramatura nominal 200g/m² • tolerância da gramatura: + ou – 5% • Finalidade: Vestimenta operacional destinada a atividades de campo com exigência de mobilidade, conforto térmico e resistência ao uso contínuo Tonalidade do tecido: azul pantone 2767 • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+ • Botão metálico ou usinado resistente • Zíper conversível (pernas): destacável, nylon de qualidade equivalente à YKK Sistema conversível: • Zíper acima do joelho • Separação em bermuda • 2 bolsos frontais tipo faca com forro reforçado • 2 bolsos traseiros embutidos com lapela, fechamento velcro • 2 bolsos laterais cargo com fole, tampa de velcro EPP e ME - 25%	238273	Unidade	32.500	R$ 80,14	R$ 2.604.550,00
3	bonés do tipo legionário • Material do boné: 100% poliamida • Modelo com regulagem para cabeça: ajuste traseiro elástico • Telas laterais e ilhoses metálicos com tratamento anti-corrosão para ventilação • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+• Cor do boné: azul Pantone 2767 • Cor da impressão em silk-screen: branco • Proteção para o pescoço removível. FRENTE Aplicação logo frente do boné 7 cm x 2 cm (largura x altura). Aplicação logo em ambas as laterais do boné 7cm x 2cm (largura x altura). VERSO ajuste traseiro elástico Ampla concorrência - 75%	373885	Unidade	97.500	R$ 28,24	R$ 2.753.400,00

4	**bonés do tipo legionário • Material do boné: 100% poliamida • Modelo com regulagem para cabeça: ajuste traseiro elástico • Telas laterais e ilhoses metálicos com tratamento anti-corrosão para ventilação • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+ no boné e nas telas laterais• Cor do boné: azul Pantone 2767 • Cor da impressão em silk-screen: branco • Proteção para o pescoço removível. FRENTE Aplicação logo frente do boné 7 cm x 2 cm (largura x altura). Aplicação logo em ambas as laterais do boné 7cm x 2m (largura x altura). VERSO ajuste traseiro elástico EPP e ME - 25%**	**373885**	**Unidade**	**32.500**	**R$ 28,24**	**R$ 917.800,00**
					TOTAL	**R$ 14.089.400,00**

Ilustrações e referências visuais apresentadas a seguir integram a descrição do objeto como elementos de apoio à compreensão da especificação.

Calça/Bermuda

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



- Finalidade: Vestimenta operacional destinada a atividades de campo com exigência de mobilidade, conforto térmico e resistência ao uso contínuo
- Material da calça/bermuda conversível: malha piquet composta por 65% poliéster e 35% algodão
- Gramatura 200g/m² com tolerância de + ou - 5%
- Cós com passante para cinto
- Tonalidade do tecido: azul pantone 2767
- Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+
- Botão metálico ou usinado resistente
- Zíper conversível (pernas): destacável, nylon de qualidade equivalente à YKK
- Sistema conversível:
    - Zíper acima do joelho
    - Separação em bermuda
- 2 bolsos frontais tipo faca com forro reforçado
- 2 bolsos traseiros embutidos com lapela, fechamento velcro
- 2 bolsos laterais cargo com fole, tampa de velcro



Quanto aos tamanhos das calças, estima-se com base no total de 130 mil calças conversíveis em bermudas a seguinte distribuição:

Tamanho	Percentual	Quantidade
PP	3%	3.900
P	15%	19.500
M	32%	41.600
G	28%	36.400
GG	15%	19.500
XG	7%	9.100

1.1.1 Os percentuais serão aplicados para cada solicitação de lote.

1.1.2 As dimensões, cores, arte, posicionamento dos elementos gráfico deverão observar a especificação técnica e a arte aprovadas pela Administração.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. **A opção pela malha piquet mista foi adotada por apresentar características que favorecem a ventilação, a dissipação do calor corporal e a liberdade de movimentos, fatores considerados essenciais para a execução das atividades de campo desenvolvidas pelos agentes.**

1.4. A especificação adotada oferece resistência adequada para a aplicação e utilização dos bolsos, passantes, zíperes e demais componentes da peça, considerando a gramatura estabelecida e a composição das fibras, sem comprometer o conforto térmico e a ergonomia requeridos para o uso pretendido.

1.5. A Administração entende que a combinação de poliéster e algodão em malha piquet de 200 g/m² proporciona desempenho compatível com as condições de trabalho às quais a peça será submetida, assegurando durabilidade adequada, menor retenção de calor e maior mobilidade ao usuário, aspectos considerados prioritários para a finalidade da contratação.

1.6. Esclarece-se que a distribuição dos tamanhos apresentada no Termo de Referência corresponde a uma estimativa elaborada para fins de planejamento da contratação e formação de preços pelos licitantes.

1.7. Esclarece-se que a definição exata da grade de tamanhos não é possível nesta fase da contratação, tendo em vista que os futuros usuários das peças ainda não foram identificados, em razão da realização futura do processo seletivo/concurso público destinado ao provimento da força de trabalho que utilizará os uniformes, não havendo, assim, informações consolidadas que permitam estabelecer com precisão a distribuição definitiva dos tamanhos no momento.

1.8. Portanto os quantitativos por tamanho devem ser compreendidos como referenciais, podendo ser ajustados durante a execução contratual para atender às necessidades efetivamente verificadas, sempre observados os quantitativos totais contratados e as demais condições estabelecidas no edital.

1.9. A Administração disponibilizará a grade à Contratada previamente à assinatura do instrumento contratual em cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, observados a tabela padronizada de medidas, as tolerâncias definidas neste Termo de Referência e os quantitativos máximos do item. contendo a nomenclatura única dos tamanhos, respectivas medidas de referência e tolerâncias dimensionais aplicáveis, com a finalidade de assegurar a uniformidade da produção e dos critérios de aceitação das peças.

1.10. Tal definição dependerá do perfil antropométrico efetivamente apurado após a seleção dos usuários e eventuais adequações serão realizadas de forma motivada, observados os limites quantitativos da contratação.

1.11. O fornecedor terá até 2 (dois) dias úteis após a referida convocação para confirmar o recebimento e apontar eventuais inconsistências para saneamento da Administração.

1.12. A referência à marca YKK constante da especificação das calças conversíveis em bermuda possui caráter meramente exemplificativo e foi adotada como parâmetro de qualidade em razão de ampla utilização no mercado de vestuário profissional e operacional, não representando exigência de fornecimento de marca específica.

1.13. A necessidade da Administração está relacionada ao desempenho e à durabilidade do componente, considerando que as peças serão utilizadas em atividades de campo sujeitas a uso intenso, frequentes movimentos de flexão, caminhadas prolongadas, abertura e fechamento repetitivos dos bolsos e exposição a diferentes condições climáticas.

1.14. Serão aceitos zíperes de qualquer fabricante, desde que comprovadamente equivalentes ou superiores aos requisitos mínimos de desempenho estabelecidos para o objeto.

1.14.1. Para fins de equivalência técnica, o zíper deverá apresentar, no mínimo:

1.14.1.1. Dentes confeccionados em nylon, poliéster ou material de resistência equivalente ou superior;

1.14.1.2. Cursor de material resistente ao desgaste provocado pelo uso contínuo;

1.14.1.3. Funcionamento suave, sem travamentos, desprendimentos ou deformações;

1.14.1.4. Resistência compatível com aplicações em vestimentas operacionais utilizadas em atividades de campo;

1.14.1.5. Capacidade de suportar repetidos ciclos de abertura e fechamento sem comprometimento de sua funcionalidade;

1.14.1.6. Compatibilidade com os processos de lavagem e conservação previstos para a peça.

1.14.2. A comprovação da equivalência poderá ser realizada mediante apresentação de catálogo técnico, ficha técnica do fabricante, certificações aplicáveis ou documentação equivalente que demonstre o atendimento aos requisitos mínimos exigidos.

1.14.3. A adoção da expressão "YKK ou equivalente" visa assegurar a ampla competitividade do certame, sem prejuízo da qualidade, da durabilidade e da confiabilidade esperadas para os componentes que integrarão as peças, preservando o interesse público e o adequado desempenho do uniforme durante toda sua vida útil.

1.15. Será aceita proteção UV com Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+ para as calças conversíveis em bermuda, os bonés e as telas de proteção laterais do boné, comprovada por relatório de ensaio emitido por laboratório tecnicamente competente, com indicação da norma/método utilizado, identificação do material ensaiado e resultado obtido correspondente ao tecido/material efetivamente ofertado, exigida na fase de amostra e por lote de fornecimento, vedada a substituição por declaração genérica do fabricante.

1.16. A adequação da distribuição por tamanho não poderá alterar o modelo, as especificações técnicas ou os preços unitários registrados
1.17. A distribuição não excederá o total do item.
1.18. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso para a Administração.

1.19. Se efetivada a referida prorrogação, os preços poderão ser atualizados a critério da Administração, adotando-se o IPCA apurado no período como fator de correção.

1.20 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.21. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.22. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.23. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão vigências estabelecidas em cada instrumento contratual e observarão no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade orçamentária, bem como a previsão no Plano Plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

1.24 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar a totalidade das quantidades estimadas, constituindo mero compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, observado o interesse e a disponibilidade da Administração.

1.25. Os totais de 130.000 unidades/item são os máximos estimados para o SRP.
1.26. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:*

I) *ID PCA no PNCP:* **33787094000140-0-000015/2026***;*
II) *Data de publicação no PNCP: **09/07/2026**;*
III) *Id do item no PCA: **152**;*
IV) *Id do item no PCA: **153**;*
V) *Classe/Grupo:* **8405 - VESTUÁRIO EXTERNO MASCULINO***;*

VI) *Identificador da Futura Contratação:* **114637-69/2026***;*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto,* ***têm-se como diretriz de planejamento os*** *seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. **Ambiental**: Dar preferência a vestuários e acessórios confeccionados com materiais de menor impacto ambiental;

4.1.2. **Social:** Priorizar fornecedores que respeitem a legislação trabalhista, promovam diversidade e assegurem condições dignas de trabalho, em linha com políticas de responsabilidade social; e

4.1.3. **Econômica**: Considerar o ciclo de vida dos itens, buscando materiais de maior durabilidade e menor manutenção, contribuindo para a economicidade institucional pela redução da necessidade de substituições frequentes e do consumo de recursos.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra para avaliação de conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, que terá data, local e horário de sua realização, bem como prazos, divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. A exigência de amostra justifica-se pela necessidade de verificar, previamente à aceitação definitiva da proposta, características materiais e funcionais do vestuário que não possam ser integralmente aferidas apenas pela descrição técnica, por catálogos ou por imagens comerciais, especialmente a resistência das costuras e dos componentes, a qualidade dos zíperes e a efetiva funcionalidade do sistema de conversão das calças em bermudas e da acoplagem e desacoplagem da proteção de pescoço dos bonés, em atendimento ao disposto no art. 41, inciso II, da Lei 14.133/2021.

4.4. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.4.1 calças conversíveis em bermudas;

4.4.2 bonés do tipo legionário

4.5. A amostra deverá corresponder ao modelo efetivamente ofertado pelo licitante, observando as especificações e características constantes deste Termo de Referência e da referência visual disponibilizada pela Administração, não sendo admitido produto meramente ilustrativo ou com características divergentes das exigidas.

4.6. As amostras deverão ser entregues no Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE, situado na Rua General Canabarro, 706, sala 213, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, no prazo limite de 7 (sete) dias úteis contados da solicitação formal do pregoeiro, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. A entrega deverá ocorrer em dias úteis, durante o horário de expediente da unidade recebedora, a ser informado na convocação, acompanhada de identificação do licitante, número do procedimento de contratação, identificação do item e documentação técnica do produto, quando disponível.

4.8. Os custos relativos à confecção, ao acondicionamento, ao transporte e à entrega da amostra serão de responsabilidade do licitante, não cabendo à Administração qualquer pagamento ou ressarcimento por essas despesas.

4.9. É facultada prorrogação do prazo estabelecido para a entrega da amostra, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.10. A não apresentação da amostra no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, ou a apresentação de produto em desacordo com as especificações essenciais previstas neste Termo de Referência poderá ensejar a não aceitação da proposta, mediante decisão fundamentada, observadas as regras do procedimento e asseguradas as oportunidades de manifestação cabíveis.

4.11. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.11.1. Item (calças conversíveis em bermudas):

(a) **Composição do tecido: porcentagem de poliéster e de algodão, gramatura e porcentagem de tolerância de ±5 a ser comprovada por ficha técnica;**
(b) **Cor: azul correspondente à referência pantone 2767, admitida variação visual discreta decorrente do processo de fabricação, desde que não descaracterize a tonalidade especificada;**
(c) **Proteção UV: Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+, comprovada conforme estabelecido no item 1.15 deste Termo de Referência;**
(d) **Sistema conversível: funcionalidade dos zíperes destacáveis posicionados acima dos joelhos, permitindo remover as partes inferiores e utilizar a peça como bermuda;**
(e) **Zíper das pernas: abertura e fechamento sem travamentos e/ou desprendimentos;**
(f) **Botão: firmeza da fixação e funcionalidade;**
(g) **Bolsos: costuras, fechamentos e funcionalidade.**
(h) **Costuras e acabamentos: ausência de furos, rasgos, falhas de montagem ou defeitos que comprometam a utilização;**
(i) **Acabamento dos zíperes: ausência de desalinhamentos relevantes, falhas de fixação ou defeitos que impeçam a conversão entre calça e bermuda;**
(j) **Integridade geral: ausência de manchas, defeitos aparentes, componentes soltos ou diferenças acentuadas de tonalidade que comprometam a apresentação e a funcionalidade do produto;**
(k) **Gramatura e tolerância:**

4.11.1.1. Verificação funcional: a administração poderá realizar inspeção visual, conferência dimensional e manuseio funcional da amostra, limitados às operações normais previstas para o produto, sem procedimento que provoque corte, rasgo, ruptura, dano permanente ou inutilização da peça, salvo quando o dano decorrer de defeito de confecção da peça, e sem exigir da amostra desempenho além daquele previsto nas especificações do presente Termo de Referência, incluindo:

i. **Abertura e fechamento de zíperes;**
ii. **Remoção e reinstalação das partes inferiores das pernas para conversão em bermuda;**
iii. **Abertura e fechamento dos bolsos e respectivos fechos de velcro e;**
iv. **Inspeção visual da fixação de botões, das costuras e do acabamento geral.**

4.11.1.2. O teste de retirada das partes inferiores das pernas das calças para verificação da funcionalidade da conversão em bermuda não configura ensaio destrutivo, tendo em vista tratar-se de manuseio normal previsto para o objeto, não resultando em dano à integridade da amostra, sendo reversível ao final da verificação, salvo se o dano ocorrer por defeito de confecção da peça.

4.11.1.3. Condições de aprovação: a amostra será considerada aprovada quando atender aos requisitos técnicos essenciais acima, apresentar funcionamento adequado do sistema conversível e dos bolsos e não possuir defeitos relevantes que comprometam a utilização, a durabilidade e/ou a conformidade com o objeto licitado.

4.11.2. Item (bonés do tipo legionário/:

a. **Material: comprovação da porcentagem de poliamida por meio de ficha técnica;**
b. **Cor: azul pantone 2767 sendo admitida variação visual discreta decorrente do processo de fabricação desde que não descaracterize à referência pantone;**
c. **Proteção UV: Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+, comprovada conforme estabelecido no item 1.15 deste Termo de Referência;**
d. **Ajuste de cabeça: funcionalidade da regulagem traseira compatível com a finalidade do produto;**
e. **Proteção para o pescoço: peça removível, com dimensões e formato suficientes para cobrir a região do pescoço e as laterais conforme previsto neste TR;**
f. **Ventilação: presença de telas laterais e ilhoses metálicos destinado à ventilação;**
g. **Costuras e acabamento: ausência de desfilamentos, furos, rasgos ou falhas de montagem;**
h. **Regulagem traseira: elástico e cordão de ajustes instalados e funcionando adequadamente;**
i. **Identificação frontal e lateral: de acordo com o modelo de aplicação dos logotipos conforme arte fornecida pela administração;**
j. **Impressão: qualidade da impressão da aplicação,**

k. **Integridade: a amostra não poderá apresentar manchas, diferenças acentuadas de tonalidade, defeitos aparentes ou componentes soltos que comprometam a apresentação, a durabilidade e a funcionalidade do produto.**

4.11.2.1. Verificação funcional: a administração poderá realizar inspeção visual, conferência dimensional e manuseio funcional da amostra para verificar a regulagem do boné, a remoção e fixação da proteção para o pescoço, a integridade das telas e ilhoses e a qualidade visual das aplicações, mediante inspeção e manuseio funcional, sem ensaios destrutivos.

4.11.2.2. O teste de remoção e fixação da proteção para o pescoço tem como objetivo a verificação da funcionalidade definida para o uso do boné, que será feito com e sem a proteção, dependendo da condição climática do momento do uso, não configurando, assim, ensaio destrutivo, tratando-se de funcionalidade esperada para o objeto, não havendo qualquer dano à integridade da amostra, sendo reversível ao final do teste.

4.11.2.3. Condição de aprovação: a amostra será considerada aprovada quando atender aos requisitos técnicos essenciais acima, não apresentar defeitos relevantes que comprometam a utilização, a durabilidade e/ou a conformidade com o objeto licitado, bem como corresponder ao modelo e às artes de referência aprovados pela Administração.

4.12. Os resultados das avaliações serão registrados no relatório de avaliação e divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.14. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados funcionalmente pela equipe técnica responsável pela análise, sem infringir danos e não gerando direito a ressarcimento.

4.15. Após a divulgação do resultado do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação formal de retirada ao licitante, no endereço e nos horários definidos nos itens 4.6 e 4.7 acima, as quais poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento, se não retiradas no prazo estabelecido.

4.16. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais, etiquetas, laudos impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.17. A avaliação das amostras será realizada por servidor designado pela Administração, mediante o confronto entre as características do produto apresentado, as especificações deste Termo de Referência e as respectivas artes ou imagens de referência.

4.18. Para cada item, o resultado da avaliação será registrado em relatório contendo, no mínimo:

4.18.1. identificação do licitante e do item avaliado;

4.18.2. relações dos critérios examinados;

4.18.3. resultados de cada verificação, indicando atendimento ou não atendimento;

4.18.4. descrições objetivas de eventuais desconformidades e,

4.18.5. conclusões pela aprovação ou reprovação da amostra.

4.19. A amostra será aprovada quando atender aos requisitos mínimos aplicáveis ao respectivo item e o descumprimento de requisito técnico obrigatório poderá resultar na rejeição da amostra e na recusa da proposta correspondente, mediante decisão fundamentada.

4.20. A avaliação observará exclusivamente os requisitos previstos neste Termo de Referência e nos anexos técnicos disponibilizados aos licitantes.

4.20.1. Cada requisito será registrado como atendido ou não atendido, om descrição objetiva da evidência observada.

4.20.2. Não serão utilizados critérios baseados exclusivamente em preferência estética ou impressão pessoal dos avaliadores.

4.21. A aprovação da amostra não dispensa a contratada de fornecer todas as unidades em conformidade com as especificações, quantidades, tamanhos, artes e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual.

4.22. A administração poderá solicitar documentação técnica complementar, se julgar necessário, estritamente relacionada a comprovação de características que não possam ser verificadas apenas por inspeção visual ou funcional, observadas as condições previstas no edital.

Da garantia da contratação

4.23. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (**cinco por cento)** **incidente sobre o valor do instrumento contratual de cada contratação, com vistas a garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, tendo em vista a complexidade da contratação, a logística de distribuição e os prazos da operação censitária.**

4.24. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.24.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.24.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.24.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.24.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.24.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.25. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.26. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.27. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.28. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.28.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.29. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.29.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.29.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.30. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
4.31. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
4.32. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.33. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.33.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
4.33.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

4.34. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.34.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
4.34.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.35. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
4.36. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.37. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
4.38. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.39. *Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*
4.39.1. *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*
4.39.2. *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*

4.39.3. *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:* **a contratação decorrente da Ata será fornecida em até 5 (cinco) parcelas para cada item, todas com a mesma especificação técnica, cada parcela firmada em instrumento contratual próprio, respeitados os quantitativos máximos registrados para respectiva cota.**

5.2. Cada contratação terá, em regra, quantitativo mínimo de 20.000 unidades do item por contrato, admitindo-se quantitativo inferior exclusivamente para o saldo remanescente, desde que este corresponda à totalidade do saldo ainda disponível naquela cota.

5.3. O prazo de entrega para cada contrato firmado será de até 90 (noventa) dias corridos contados da assinatura do respectivo instrumento.

5.4. A distribuição por tamanho das calças conversíveis em bermuda será definida em cada contrato e de acordo com o estabelecido nos itens 1.7, 1.8, 1.9 e 1.10 deste Termo de Referência.

5.5. Os quantitativos e os preços unitários de cada item/cota serão registrados separadamente e a eventual contratação observará a regra de menor preço quando a mesma empresa vencer ambas, conforme disciplina aplicável.

5.6. A tabela de parcelas é indicativa e não implica contratação obrigatória da quantidade estimada.

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	mínimo de 20.000 unidades/item, salvo em caso de saldo remanescente inferior ao quantitativo mínimo	*em até 90 dias contados da assinatura do Contrato*
2ª	mínimo de 20.000 unidades/item, salvo em caso de saldo remanescente inferior ao quantitativo mínimo	*em até 90 dias contados da assinatura do Contrato*
3ª	mínimo de 20.000 unidades/item, salvo em caso de saldo remanescente inferior ao quantitativo mínimo	*em até 90 dias contados da assinatura do Contrato*
4ª	mínimo de 20.000 unidades/item, salvo em caso de saldo remanescente inferior ao quantitativo mínimo	*em até 90 dias contados da assinatura do Contrato*

5ª	mínimo de 20.000 unidades/item, salvo em caso de saldo remanescente inferior ao quantitativo mínimo	*em até 90 dias contados da assinatura do Contrato*

5.7. A divisão em parcelas não altera a identidade e a padronização do objeto, assim todas as parcelas deverão observar rigorosamente a mesma especificação.

5.8. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos* ***10 (dez)*** *dias* ***corridos*** *de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.9. ***Exceção feita às amostras,*** *os bens deverão ser entregues no* ***Complexo*** **IBGE situado na Av. Brasil, 15671 - Parada de Lucas, Rio de Janeiro, RJ*****, Setor de Almoxarifado, com acondicionamento e frete por conta da Contratada, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.***

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução

contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas na alínea “d”, de **1**% (**um** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25** (**vinte e cinco**) dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 1,75%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “**e**” a “**h**” de 1% (1 **por cento)** a 15% (quinze porcento) do valor da contratação.*

*7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “**c**”, de 1% (1 **por cento)** a 30% (trinta porcento) do valor da contratação.*

*7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “**b**”, de 1% (1 **por cento)** a 25% (vinte e cinco porcento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de

C

*de 1% (um **porcento)** a 20% (vinte porcento) do valor da contratação.*

*7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**a**", de 1% (um **porcento**) a **15**% (**quinze porcento**) do valor da contratação*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de ***10 (dez)*** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, **mediante registro da ocorrência e identificação do lote, do item, tamanho e quantidades afetadas,** devendo ser substituídos no prazo de **até** 3**0 (trinta)** dias **corridos** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, **independentemente da quantidade**.
8.2.1 A inspeção das peças recebidas se dará por amostragem.
8.2.2 O prazo estabelecido no item 8.2 acima deverá ser compatibilizado om o cronograma da operação censitária e será detalhado no instrumento contratual, sem afastar o dever da pronta comunicação pela Administração das falhas críticas.
8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez)** dias úteis.
8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;
8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
8.12.5. o valor a pagar; e
8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ***IPCA*** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, **para REGISTRO DE PREÇOS,** na modalidade *PREGÃO* sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO POR ITEM.*

9.2. O fornecimento do objeto será **parcelado, mediante contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, conforme os quantitativos e os prazos definidos no item 5 deste Termo de Referência.**

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, adotado o critério de julgamento de menor preço* ***por item****, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de **5% (cinco por cento)**——do *valor estimado* ***da parcela do item efetivamente disputado*** *na contratação.*
9.26. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*
9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.31. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.31.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.31.1.1. ***Confecção, personalização e/ou fornecimento de roupas e/ou uniformes e acessórios de complexidade similar às especificações descritas para os itens deste Termo de Referência;***

9.31.1.2 Os atestados de capacidade deverão comprovar o fornecimento de, no mínimo, 25% do quantitativo estimado de cada item de ampla concorrência disputado, e de 10% de cada item estimado na cota reservada disputado, admitindo-se atestados de bens similares e admitindo o somatório de atestados, desde que referentes a contratos executados de forma concomitante ou sucessiva.

9.31.2. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.31.3. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R$* **14.089.400,00** ***(quatorze milhões, oitenta e nove mil e quatrocentos reais)****, conforme custos unitários apostos na* ***tabela contida no item 1.1 acima.***

10.2. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:*

10.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

I) 11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

Gestão/unidade: ***114601/11301****;*
II) Fonte de recursos: ***1000****;*
III) Programa de trabalho: ***249583****;*

IV) *Elemento de despesa:* **33903023***; e*

V) *Plano interno:* ***12CENSOAGRO****.*

VI) 11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

VII) 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2026.

JORGE GONZAGA DOS SANTOS
Coordenador de Marketing

nº

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INF

Estudo Técnico Preliminar 14/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 03605.000120/2026-33

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de calças conversíveis em bermudas e de bonés do tipo ' *legionário* com proteção ultravioleta (UV) destinados aos servidores e colaboradores que atuarão nas atividades de coleta, de supervisão e apoio operacional do **12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquí-cola (CAFA)**, operação estatística de abrangência nacional, a maior em andamento no ano de celebração dos 90 anos de fundação do IBGE.

Considerando a amplitude territorial da operação censitária, que envolve o deslocamento de milhares de agentes de coleta em áreas urbanas e rurais de todos os estados da Federação, faz-se necessária a disponibilização de uniformes padronizados que permitam a identificação visual imediata das equipes do IBGE junto aos informantes e à sociedade.

Além disso, a utilização dos uniformes contribui para o fortalecimento da imagem institucional do Instituto, aumenta a segurança dos agentes de campo, reduz resistências à abordagem dos informantes e favorece o reconhecimento das equipes responsáveis pela coleta das informações estatísticas oficiais, elementos essenciais para o êxito da operação censitária.

O levantamento operacional disponível nas tabelas dispostas no item 6 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) demonstra a previsão de mobilização de aproximadamente 36.712 servidores temporários em concurso público, acrescentando-se mais 7.982 temporários hoje em exercício, distribuídos em todas as Unidades da Federação.

Destaque-se que as atividades censitárias agropecuárias possuem como característica predominante a realização de trabalhos externos contínuos, frequentemente sob exposição direta à radiação solar, a altas temperaturas, à poeira, à chuva, à vegetação densa e à elevada incidência de insetos vetores de doenças, especialmente em áreas rurais e regiões amazônicas. Nesse contexto, a disponibilização de calças conversíveis em bermudas e de bonés institucionais do tipo '*legionário/legendário*' (estilo touca árabe) com proteção UV constitui medida preventiva destinada, antes de tudo, à preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores, em alinhamento com os princípios de proteção à saúde ocupacional previstos na legislação trabalhista brasileira.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e em conformidade com o interesse público, constituindo insumo indispensável para a execução das atividades do **12º CAFA,** garantindo o adequado suporte operacional à realização da pesquisa em todo o território nacional.

Por fim, cabe ressaltar que a contratação encontra, ainda, fundamento no artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, que assegura aos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, de higiene e de segurança, bem como nos artigos 157 e 166 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelecem o dever da Administração de adotar medidas de proteção aos trabalhadores expostos a riscos ocupacionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Marketing	Jorge Gonzaga dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Isto posto, a adequada definição dos requisitos para o atendimento da necessidade instituída de padronização do vestuário e demais acessórios institucionalizados visa à promoção da identidade visual, da segurança, da fácil identificação dos profissionais e da eficiência na prestação dos serviços. Para isso, a caracterização dos itens respeita os princípios da razoabilidade, da economicidade e da não restrição injustificada à competitividade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Requisitos essenciais para atendimento da demanda

- **Padronização visual:** Deverão apresentar uniformidade na identidade visual institucional definida, incluindo cores e aplicação de elementos de identificação (ex: logomarca da instituição, nome do órgão).
- **Facilitação da identificação:** Devem permitir identificação pronta e clara dos profissionais pelas equipes internas, população e demais órgãos parceiros. Isso implica a utilização de elementos visuais (logotipo, inscrições e/ou faixas) facilmente reconhecíveis e legíveis.
- **Segurança e proteção:** Devem contemplar características adequadas para atividades externas ou ambientes diferenciados, como proteção solar (UV) e tecidos resistentes e de secagem rápida.
- **Conforto e praticidade:** As peças precisam favorecer o conforto do usuário mesmo em usos prolongados, com modelagens adequadas, tecidos tecnológicos ou naturais que proporcionem respirabilidade, flexibilidade e facilidade de manutenção e limpeza.
- **Ajustabilidade às condições de trabalho:** Devem oferecer funcionalidade, permitindo sua adaptação conforme variações climáticas ou exigências específicas das funções desempenhadas.
- **Durabilidade e qualidade dos materiais:** Preferência por materiais que apresentem boa resistência ao desgaste, mantendo a integridade da padronização e da apresentação ao longo do uso regular.
- **Tamanhos variados:** Fornecimento de grade adequada de tamanhos, de modo a atender à diversidade física dos profissionais da instituição.

Atente-se que a identidade visual, bem como os parâmetros para sua aplicação são os definidos por esta COMAR, que serão disponibilizados aos licitantes vencedores.

Resumo dos itens demandados e requisitos correspondentes

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	**Calça conversível em bermuda** **Material da calça/bermuda conversível:** • **malha piquet composta por 65% poliéster e 35% algodão** • **gramatura nominal 200g/m²** • **tolerância da gramatura: + ou –5%** • **Finalidade: Vestimenta operacional destinada a atividades de campo com exigência de mobilidade, conforto térmico e resistência ao uso contínuo** **Tonalidade do tecido: azul pantone 2767**	**238273**	**Unidade**	**97.500**

	• Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+. • Botão metálico ou usinado resistente • Zíper conversível (pernas): destacável, nylon de qualidade equivalente à YKK Sistema conversível: • Zíper acima do joelho • Separação em bermuda • 2 bolsos frontais tipo faca com forro reforçado • 2 bolsos traseiros embutidos com lapela, fechamento velcro • 2 bolsos laterais cargo com fole, tampa de velcro Ampla concorrência - 75%			
2	Calça conversível em bermuda Material da calça/bermuda conversível: • malha piquet composta por 65% poliéster e 35% algodão • gramatura nominal 200g/m² • tolerância da gramatura: + ou –5% • Finalidade: Vestimenta operacional destinada a atividades de campo com exigência de mobilidade, conforto térmico e resistência ao uso contínuo Tonalidade do tecido: azul pantone 2767 • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+ • Botão metálico ou usinado resistente • Zíper conversível (pernas): destacável, nylon de qualidade equivalente à YKK Sistema conversível: • Zíper acima do joelho • Separação em bermuda • 2 bolsos frontais tipo faca com forro reforçado • 2 bolsos traseiros embutidos com lapela, fechamento velcro • 2 bolsos laterais cargo com fole, tampa de velcro EPP e ME - 25%	238273	Unidade	32.500
3	bonés do tipo legionário • Material do boné: 100% poliamida • Modelo com regulagem para cabeça: ajuste traseiro elástico • Telas laterais e ilhoses metálicos com tratamento anti-corrosão para ventilação • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+• Cor do boné: azul Pantone 2767 • Cor da impressão em silk-screen: branco • Proteção para o pescoço removível. FRENTE Aplicação logo frente do boné 7 cm x 2 cm (largura x altura). Aplicação logo em ambas as laterais do boné 7cm x 2cm (largura x altura). VERSO ajuste traseiro elástico Ampla concorrência - 75%	373885	Unidade	97.500
4	bonés do tipo legionário • Material do boné: 100% poliamida • Modelo com regulagem para cabeça: ajuste traseiro elástico • Telas laterais e ilhoses metálicos com tratamento anti-corrosão para ventilação • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+ no boné e nas telas laterais• Cor do boné:	373885	Unidade	32.500

	azul Pantone 2767 • Cor da impressão em silk-screen: branco • Proteção para o pescoço removível. FRENTE Aplicação logo frente do boné 7 cm x 2 cm (largura x altura). Aplicação logo em ambas as laterais do boné 57cm x 2m (largura x altura). VERSO ajuste traseiro elástico EPP e ME - 25%			

Ilustrações com Especificações Técnicas:

Calça/Bermuda

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



- Finalidade: Vestimenta operacional destinada a atividades de campo com exigência de mobilidade, conforto térmico e resistência ao uso contínuo
- Material da calça/bermuda conversível: malha piquet composta por 65% poliéster e 35% algodão
- Gramatura 200g/m² com tolerância de + ou - 5%
- Cós com passante para cinto
- Tonalidade do tecido: azul pantone 2767
- Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+
- Botão metálico ou usinado resistente
- Zíper conversível (pernas): destacável, nylon de qualidade equivalente à YKK
- Sistema conversível:
  - Zíper acima do joelho
  - Separação em bermuda
- 2 bolsos frontais tipo faca com forro reforçado
- 2 bolsos traseiros embutidos com lapela, fechamento velcro
- 2 bolsos laterais cargo com fole, tampa de velcro



Classificação dos itens

Os itens, conforme se depreende das especificações acima, **são caracterizados como comuns**, tendo em vista a padronização definida objetivamente neste ETP, de acordo com especificações usuais do mercado, permitindo a reprodução, sem qualquer óbice, consoante o inciso XIII do art. 6º da Lei 14133/2021.

Acrescente-se, por fim, que **os bens não são caracterizados como de luxo**, sendo exigidos tão somente materiais de qualidade suficiente para garantir a segurança do usuário e a sustentabilidade, conforme o Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Normativos Aplicáveis

Lei nº 14.133/2021: Dispõe sobre os princípios e regras para contratações públicas, notadamente sobre a necessidade de especificação adequada e não restritiva de bens (Art. 18, §1°, II) e o alinhamento das características e critérios técnicos ao atendimento da necessidade (Art. 12, VII).

Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01): relativa ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

Norma Regulamentadora nº 21 (NR-21): aplicável aos trabalhos realizados a céu aberto, que preveem a adoção de medidas voltadas à mitigação dos riscos decorrentes da exposição às condições ambientais.

Outros Regulamentos Setoriais: Devem ser observadas normas técnicas da ABNT ou regulamentos específicos da atividade institucional, se houver, especialmente para uniformes destinados a ambientes ou serviços com exigências especiais.

5. Levantamento de Mercado

Em atenção ao inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, observa-se que a análise das alternativas para aquisição de uniformes para as equipes de campo que atuarão nas operações censitárias do **12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola — CAFA** considerou diferentes estratégias disponíveis no mercado, com foco em atender às necessidades institucionais de forma eficiente, econômica e sustentável.

1ª Alternativa de solução estudada: Registro de Preços para aquisição de vestuário padronizado de fornecedores especializados por meio de licitação pública, via pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço.

Esta alternativa consiste em realizar licitação para Registro de Preços, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço, para aquisição das calças e dos bonés que irão compor os uniformes para o **CAFA**, já totalmente personalizados conforme identidade visual do IBGE, de acordo com as diretrizes e especificações deste ETP, atendendo rigorosamente aos requisitos de conforto, ergonomia, resistência, durabilidade, variação de tamanhos, conformidade normativa e práticas de sustentabilidade. A solução possibilita atendimento preciso à especificação e garante ampla concorrência. Além disso, assegura a entrega consoante cronograma a ser estabelecido pelo IBGE, permitindo a contratação escalonada de acordo com a necessidade e a provisão de recursos.

Pontos Positivos:

- Permite alta personalização dos itens conforme requisitos institucionais
- Favorece a ampla competição entre fornecedores especializados
- Garante maior controle sobre a qualidade e padrões de sustentabilidade
- Facilita o acompanhamento da produção e entrega conforme cronograma

Pontos Negativos:

- Processo licitatório pode ser mais complexo e demandar mais tempo
- Possibilidade de divergência entre fornecedores prejudicando a padronização visual
- Pode haver impugnações ou recursos no procedimento licitatório
- Necessidade de fiscalização rigorosa da entrega e conformidade dos produtos

2ª Alternativa de solução estudada: Utilização de contratos de atas de registro de preços já existentes em outras entidades públicas para aquisição dos itens padronizados.

A alternativa prevê a adesão a atas de registro de preços vigentes pertencentes a outros entes federativos (órgãos federais, estaduais ou municipais) que possuem processos licitatórios finalizados para fornecimento dos mesmos tipos de itens. A adesão possibilita preços já contratados, racionalização do processo licitatório, agilidade na contratação e eventuais ganhos de escala. No entanto, pode haver limitações relevantes quanto à adequação total das especificações técnicas, identidade visual e dimensões desejadas,

pois os produtos ofertados podem não atender pleno ao padrão visual e necessidades peculiares da instituição demandante. Além disso, há limitações de quantitativo e dependência de autorização do órgão gerenciador da ata para inclusão de novos participantes, o que pode inibir soluções sob medida e viabilizar apenas parte do atendimento da demanda.

Pontos Positivos:

- Agilidade na contratação devido à dispensa do processo licitatório convencional
- Possibilidade de obtenção de preços já contratados e potencialmente mais vantajosos
- Racionalização do processo de aquisição e redução de esforços administrativos
- Eventuais ganhos de escala a partir da compra conjunta com outros entes
- Maior previsibilidade dos custos por conta de preços previamente definidos

Pontos Negativos:

- Possível inadequação das especificações técnicas e identidade visual dos itens
- Limitações em relação às quantidades que podem ser adquiridas
- Dependência de autorização do órgão gerenciador da ata para adesão
- Baixa customização, dificultando soluções sob medida para necessidades específicas
- Risco de atendimento parcial da demanda, não contemplando todos os requisitos institucionais

3ª Alternativa de solução estudada: Contratação de serviço terceirizado de gestão de uniformes, englobando fornecimento, personalização, manutenção e reposição por demanda.

Essa solução envolve a contratação de uma empresa especializada em gestão de uniformes, que realiza não só o fornecimento dos itens, como também serviços adicionais como personalização, ajuste, lavagem/reparos e reposição periódica conforme desgaste ou renovação de equipes. Essa solução transfere a responsabilidade integral pelo ciclo de vida do vestuário ao fornecedor, reduzindo a necessidade de controles internos da instituição e garantindo que os uniformes estejam sempre em boas condições. Apesar das vantagens administrativas e operacionais, essa opção tende a ser mais onerosa a longo prazo, pode impor rigidez contratual e limitações em adequar a compra estritamente à necessidade real do órgão, além de demandar especificações contratuais mais complexas para garantir todas as exigências técnicas, qualidade, prazos e padrões visuais desejados.

Pontos Positivos:

- Terceirização integral da gestão de uniformes
- Redução da carga administrativa interna
- Garantia de uniformes sempre em boas condições
- Acesso a serviços agregados como personalização, ajustes e reparos
- Maior previsibilidade na disponibilidade e padronização dos uniformes

Pontos Negativos:

- Possível aumento de custos a longo prazo
- Rigidez contratual que pode dificultar adaptações
- Dependência total do fornecedor para o ciclo de vida dos uniformes
- Necessidade de especificações contratuais complexas
- Limitações para adequação da demanda real do órgão

Solução Escolhida

Considerando a necessidade e visando o melhor atendimento às demandas da Administração, assim como a complexidade envolvida na contratação, recomenda-se a aquisição das calças conversíveis em bermudas e dos bonés estilo '*legionário'* para o **CAFA** por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP). Essa modalidade proporciona maior flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão das aquisições, permitindo o atendimento escalonado das necessidades ao longo do período de vigência do registro.

Justificativa

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a aquisição direta dos itens especificados apresenta a melhor relação custo-benefício e aderência técnica à demanda, visto assegurar atendimento integral aos requisitos discriminados (segurança, ergonomia, padronização, durabilidade, variação de tamanhos e adequação normativa) sem sobrecarregar os processos internos com etapas de personalização ou gestão de manutenção/higienização. O SRP permite ainda maior flexibilidade e planejamento, com entregas escalonadas e quantitativo mínimo por parcela, facilitando o acompanhamento e a fiscalização. Por seu turno, o mercado nacional dispõe de fornecedores habilitados, assegurando ampla competitividade. A alternativa harmoniza, portanto, os princípios da economicidade, da eficiência, da isonomia e da sustentabilidade previstos na legislação.

6. Descrição da solução como um todo

Diante do levantamento das necessidades institucionais e dos requisitos legais, técnicos e estratégicos explicitados, a solução escolhida para atendimento da demanda consiste na aquisição direta de vestuário padronizado e de acessórios de fornecedores especializados, mediante realização de processo licitatório público para registro de preços. Essa alternativa foi selecionada após avaliação comparativa criteriosa das possibilidades de contratação e destaca-se por possibilitar a perfeita aderência às exigências funcionais, visuais e normativas determinadas pela instituição e pela legislação vigente.

Descrição da solução escolhida

A aquisição prevê a elaboração de edital claro e detalhado, contemplando especificações técnicas precisas para os itens demandados. Cada peça será customizada de acordo com os padrões visuais, requisitos de conforto, proteção, funcionalidade e sustentabilidade definidos pelo IBGE, observando integralmente a Lei nº 14.133 /2021 e demais normativos aplicáveis.

Como a solução atende e supera as necessidades identificadas

Esta alternativa responde de modo integral às necessidades institucionais, considerando os seguintes aspectos:

- **Personalização e identidade visual: p**ermite exigência detalhada de elementos como logotipos, cores e padrões gráficos em todos os itens, promovendo a padronização institucional e fortalecendo a imagem da entidade em

- **Flexibilidade e controle:** proporciona à entidade alto controle sobre padrões de entrega, cronograma, visual institucional, qualidade, condições de sustentabilidade e atendimento aos objetivos estratégicos.

Vantagens da solução em relação às exigências da necessidade

- **Personalização completa:** Possibilita especificação e customização total conforme os padrões visuais e funcionais da instituição.
- **Ampla competitividade:** Garante ampla participação de fornecedores, promovendo concorrência saudável e preços mais vantajosos.
- **Controle e rastreabilidade:** Proporciona melhor controle sobre os processos de entrega, qualidade dos materiais e rastreabilidade das origens dos insumos.
- **Atendimento integral dos requisitos:** Não restringe a quantidade de itens e tamanhos demandados e permite a inclusão de cláusulas de sustentabilidade e responsabilidade social.
- **Conformidade legal e normativa:** Alinha-se aos princípios da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos técnicos, incluindo exigências específicas como proteção UV (INMETRO/NR6, se aplicável).
- **Eficiência administrativa:** Viabiliza a gestão centralizada do processo, facilitando o planejamento, distribuição e reposição dos uniformes.

Do total das calças conversíveis em bermudas e dos bonés tipo '*legionário*'

Foi definido o total de 130 mil unidades de calças conversíveis em bermudas e de 130 mil unidades de bonés legionários, levando-se em consideração o critério de servidores a serem contratados para o **12º Censo Agro**, além dos servidores temporários já em exercício no IBGE em 06/07/2026, acrescentando uma reserva técnica para os servidores efetivos que irão gerir o processo.

Cálculo das 130 mil unidades de calças e de bonés

Considerando o planejamento operacional do **Censo Agropecuário**, prevê-se a disponibilização de até 3 kits por servidor para viabilizar a execução dos trabalhos de campo. Assim, tendo em vista a estimativa de 36.712 servidores a serem contratados, a demanda potencial máxima corresponde a 110.136 kits, conforme cálculo: 36.712 servidores x 3 kits por servidor.

Tabela do concurso a ser realizado

	27.279	**4.143**	**953**	**953**	**1.115**	**1.094**	**394**	**781**	**36.712**
UF	**REC**	**ACS**	**AOR**	**ACR**	**ACA**	**ACI**	**ACQ**	**AC**	TOTAL TEMPORÁRIOS
SEDE	-	-	-	-	21	14	30	185	250
RO	535	74	17	17	21	19	9	18	710
AC	230	29	8	8	12	9	6	14	316
AM	829	92	37	37	41	39	9	22	1.106
RR	124	15	5	5	9	6	6	15	185
PA	1.641	194	50	50	55	57	15	26	2.088
AP	82	11	5	5	9	6	6	14	138
TO	523	74	19	19	23	21	9	16	704
MA	1.585	169	41	41	46	47	14	29	1.972
PI	1.226	133	53	53	58	59	15	22	1.619

CE	1.527	159	58	58	64	68	22	28	1.984
RN	445	47	11	11	17	13	7	17	568
PB	677	69	28	28	33	32	10	17	894
PE	1.176	126	44	44	50	49	10	24	1.523
AL	421	53	18	18	25	22	9	16	582
SE	387	43	15	15	19	17	9	16	521
BA	3.412	386	117	117	126	138	39	47	4.382
MG	2.884	450	107	107	118	119	39	43	3.867
ES	448	60	18	18	20	21	12	15	612
RJ	270	32	15	15	19	17	9	16	393
SP	1.322	423	43	43	48	48	21	23	1.971
PR	1.944	312	55	55	61	63	21	32	2.543
SC	1.108	169	44	44	49	49	11	21	1.495
RS	2.251	405	57	57	66	63	21	35	2.955
MS	490	182	25	25	29	27	9	18	805
MT	815	237	33	33	37	36	10	23	1.224
GO	904	192	29	29	34	33	10	20	1.251
DF	23	7	1	1	5	2	6	9	54

Servidores já em exercício no IBGE em 06/07/2026

Todos os servidores temporários já em exercício receberão 2 kits, sendo um total de 7.982, em 06/07/2026, totalizando o quantitativo de 15.964 uniformes (7.982 * 2 kits) .

Unidade	Temporários
IBGE	0
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	0
Diretoria de Pesquisas	154
Diretoria de Tecnologia da Informação	4
Diretoria de Geociências	22
Centro de Documentação e Disseminação de Informações	10
Diretoria-Executiva	1
Coordenação-Geral de Comunicação Social	0
Coordenação-Geral de Operações Censitárias	2
Unidade	**Temporários**
Superintendência Estadual do IBGE no Acre	116
Superintendência Estadual do IBGE em Alagoas	247
Superintendência Estadual do IBGE no Amapá	97
Superintendência Estadual do IBGE no Amazonas	236
Superintendência Estadual do IBGE na Bahia	440
Superintendência Estadual do IBGE no Ceará	409
Superintendência Estadual do IBGE no Distrito Federal	187

Superintendência Estadual do IBGE no Espírito Santo	279
Superintendência Estadual do IBGE em Goiás	306
Superintendência Estadual do IBGE no Maranhão	307
Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso	224
Superintendência Estadual do IBGE em Mato Grosso do Sul	227
Superintendência Estadual do IBGE em Minas Gerais	517
Superintendência Estadual do IBGE no Pará	343
Superintendência Estadual do IBGE na Paraíba	205
Superintendência Estadual do IBGE no Paraná	428
Superintendência Estadual do IBGE em Pernambuco	326
Superintendência Estadual do IBGE no Piauí	196
Superintendência Estadual do IBGE no Rio de Janeiro	583
Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte	215
Superintendência Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	353
Superintendência Estadual do IBGE em Rondônia	143
Superintendência Estadual do IBGE em Roraima	109
Superintendência Estadual do IBGE em Santa Catarina	350
Superintendência Estadual do IBGE em São Paulo	643
Superintendência Estadual do IBGE em Sergipe ,	131

Superintendência Estadual do IBGE no Tocantins		172
	Total Geral	**7.982**

Fonte: Sistema de Dados Administrativos - SDA

Fonte: Sistema de Dados Administrativos - SDA

Total de servidores temporários que receberão os kits (calças conversíveis em bermuda e bonés legionários)

Servidores do concurso do 12º CAFA - 36.712

Kits a serem distribuídos no concurso – 3

Total a ser distribuídos – 110.136 por item

Servidores em exercício em 06/07/2026 – 7.982

Kits a serem distribuídos no concurso – 2

Total a ser distribuídos – 15.964

Total a ser distribuído = 110.136 + 15.964 = 126.100/item

Reserva técnica (3,09%) = 3.900/item

Total a ser distribuído = 130.000/item

Da grade de tamanho das calças conversíveis em bermudas

A definição da grade de tamanhos foi realizada com base em critérios técnicos e logísticos, visando maximizar o atendimento aos usuários, reduzir a necessidade de trocas e assegurar a eficiência na distribuição dos itens em todo o território nacional.

Não existe, até o momento, levantamento oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou de outro órgão público que apresente a distribuição da população brasileira por tamanhos comerciais de vestuário (PP, P, M,
G, GG e XG).

Assim, para subsidiar a definição da grade, foram considerados os estudos antropométricos nacionais desenvolvidos pelo **SENAI CETIQT, por meio do Projeto SizeBR**, reconhecido como a principal referência brasileira para modelagem e padronização de vestuário.

O Projeto SizeBR realizou medições corporais de aproximadamente 10.000 brasileiros, utilizando tecnologia de escaneamento corporal tridimensional (3D Body Scanner), abrangendo diferentes regiões do país, com o objetivo de caracterizar o perfil antropométrico da população brasileira e subsidiar o desenvolvimento de grades de modelagem para a indústria do vestuário.

Embora o estudo não apresente percentuais de distribuição por tamanhos comerciais, ele demonstra a predominância de medidas corporais intermediárias na população brasileira. Dessa forma, adotou-se uma grade com maior concentração nos tamanhos M e G, mantendo quantitativos proporcionais para os demais tamanhos, de modo a atender à diversidade antropométrica dos usuários.

Para fins de planejamento logístico e aquisição de 130.000 calças conversíveis, foi adotada a seguinte distribuição estimativa já apresentada anteriormente.

Ressalta-se que essa distribuição constitui estimativa técnica para fins de planejamento da contratação, fundamentada em estudos antropométricos nacionais e em critérios de eficiência logística, não correspondendo a uma estatística oficial de distribuição da população por tamanhos de vestuário.

Durante a execução contratual, caso necessário, a Administração poderá realizar ajustes na distribuição dos tamanhos, observadas as condições estabelecidas no contrato.

Quanto aos tamanhos, estima-se com base no total de 130 mil calças conversíveis em bermudas a seguinte distribuição:

Tamanho	Numeração Aproximada	Percentual	Quantidade
PP	34 a 36	3%	3.900

P	38 a 40	15%	19.500
M	42 a 44	32%	41.600
G	46 a 48	28%	36.400
GG	50 a 52	15%	19.500
XG	54 a 56	7%	9.100

Referência técnica: Projeto SizeBR – SENAI CETIQT, **estudo antropométrico brasileiro para padronização de vestuário.**

Justificativa técnica da contratação dos bonés tipo legionário

A presente contratação destina-se, concomitantemente à compra de calças/bermudas, à aquisição de 130.000 bonés institucionais do tipo '*legionário'* com proteção ultravioleta (UV) para utilização pelos servidores temporários e demais colaboradores envolvidos na execução do **12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola — CAFA**, operação estatística de abrangência nacional que demandará intensa atuação em campo, em áreas urbanas, rurais, florestais, ribeirinhas e de difícil acesso.

O levantamento operacional disponível nas tabelas abaixo irão demonstrar, uma vez mais, que há a previsão de mobilização de aproximadamente 36.712 servidores temporários em concurso público, acrescentando-se mais 7.982 temporários hoje existentes, distribuídos em todas as Unidades da Federação.

Ressalte-se que as atividades censitárias agropecuárias possuem como característica predominante a realização de trabalhos externos contínuos, frequentemente sob exposição direta à radiação solar, altas temperaturas, poeira, chuva, vegetação densa e elevada incidência de insetos vetores de doenças, especialmente em áreas rurais e regiões amazônicas.

Nesse contexto, a disponibilização de bonés institucionais do tipo legionáriocom proteção UV constitui medida preventiva destinada à preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores, alinhada aos princípios de proteção à saúde ocupacional previstos na legislação trabalhista brasileira.

A contratação encontra fundamento no artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, que assegura aos trabalhadores a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança, bem como nos artigos 157 e 166 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelecem o dever da Administração de adotar medidas de proteção aos trabalhadores expostos a riscos ocupacionais.

Adicionalmente, a contratação está em consonância com as diretrizes previstas na Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), relativa ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, e na Norma Regulamentadora nº 21 (NR-21), aplicável aos trabalhos realizados a céu aberto, que preveem a adoção de medidas voltadas à mitigação dos riscos decorrentes da exposição às condições ambientais.

Os bonés deverão possuir características adequadas para utilização em operações censitárias de campo, incluindo:

- proteção contra radiação ultravioleta (UV);
- tecido leve, respirável e de secagem rápida;
- resistência mecânica compatível com uso prolongado;
- aba frontal ampliada para proteção do rosto;

• elementos construtivos que contribuam para redução da exposição a mosquitos e outros insetos;

• identificação visual institucional do IBGE.

Justificativa do Quantitativo dos bonés

Considerando a previsão de 36.712 servidores temporários contratados mobilizados para a execução do 12º Censo Agropecuário, e mais 7.982 temporários já existentes no IBGE.

Propõe-se a disponibilização de 03 (três) bonés por servidor a ser contratado para trabalhar diretamente na coleta, totalizando 110.136 unidades, adicionando 2 bonés a cada temporário hoje existente, totalizando 15.964, conforme a distribuição proporcional por Unidade da Federação.

A disponibilização de três unidades por agente encontra justificativa operacional pelos seguintes fatores:

• necessidade de alternância para higienização periódica;

• desgaste decorrente da exposição contínua ao sol, chuva e poeira;

• substituição em caso de dano ou perda durante o período censitário;

• manutenção da apresentação institucional adequada durante toda a operação;

• garantia de disponibilidade contínua do equipamento durante extensas jornadas de campo.

Do quantitativo total de 130.000 bonés, após o atendimento integral dos servidores temporários, permanecerá uma reserva estratégica de 3.900 unidades, destinada ao atendimento de:

• servidores efetivos envolvidos na coordenação e supervisão dos trabalhos de campo;

• novas contratações temporárias;

• reposições por desgaste ou extravio;

• reforço de estoque para regiões de maior demanda operacional;

• operações complementares e atividades pós-censitárias.

Critérios de Distribuição

A distribuição será realizada proporcionalmente ao quantitativo de temporários previsto para cada Unidade da Federação, tomando como referência os dados constantes das tabelas.

1- Tabela concurso Censo Agro:

UF	Temporários	Bonés (3 unidades/ servidor)
SEDE	250	750
RO	710	2.130
AC	316	948
AM	1.106	3.318
RR	185	555
PA	2.088	6.264
AP	138	414
TO	704	2.112
MA	1.972	5.916
PI	1.619	4.857
CE	1.984	5.952
RN	568	1.704
PB	894	2.682

PE	1.523	4.569
AL	582	1.746
SE	521	1.563
BA	4.382	13.146
MG	3.867	11.601
ES	612	1.836
RJ	393	1.179
SP	1.971	5.913
PR	2.543	7.629
SC	1.495	4.485
RS	2.955	8.865
MS	805	2.415
MT	1.224	3.672
GO	1.251	3.753
DF	54	162
TOTAL	**36.712**	**110.136**

2 – Tabela dos temporários em exercício no IBGE em 06/07/2026

UF	Temporários	Bonés (2 unidades /servidor)
SEDE	193	386
RO	143	286
AC	116	232
AM	236	472
RR	109	218
PA	343	686
AP	97	194
TO	172	344
MA	307	614
PI	196	392
CE	409	818
RN	215	430
PB	205	410
PE	326	652
AL	247	494
SE	131	262
BA	440	880
MG	517	1034
ES	279	558

RJ	583	1166

SP	643	1286
PR	428	856
SC	350	700
RS	353	706
MS	227	454
MT	224	448
GO	306	612
DF	187	374
TOTAL	**7.982**	**15.964**

Reserva técnica

A reserva técnica tem por finalidade mitigar riscos associados a perdas, avarias, defeitos de fabricação, divergências de quantitativos, bem como atender necessidades supervenientes identificadas durante as etapas de recebimento, conferência e distribuição dos materiais. O percentual adotado mostra-se compatível com os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa, permitindo absorver ocorrências excepcionais sem representar acréscimo excessivo ao custo da contratação, contribuindo para a plena execução da ação institucional e para o adequado atendimento das demandas previstas.

Considerando o somatório da demanda da tabela do concurso do Censo Agro (110.136 unidades) acrescido da demanda conforme a tabela dos servidores em exercício no IBGE em 06/07/2026 (15.964 unidades) apresenta a demanda total de 126.100 unidades.

A esse montante será acrescido uma reserva técnica de 3.900 unidades, representando um percentual aproximado de 3,09% do quantitativo principal.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Tomando por base operações censitárias pretéritas e o levantamento realizado ao longo desse Estudo Técnico face às operações vindouras, e alinhando-se as necessidades do IBGE ao disposto no art. 40 da Lei 14133/2021, a COMAR levantou as necessidades distribuídas nos quantitativos a seguir, conforme os critérios apostos no item 6 deste ETP..

Item	Quantidade	Unidade
Calças conversíveis em bermudas	130.000	Unidade
Bonés legionários	130.000	Unidade

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 14.089.400,00

Para definição do preço estimado, foi realizada consulta à assinatura da Administração ao serviço Banco de Preços, agregador de contratações públicas nacionais, que atende aos parâmetros estabelecidos pelos incisos I, II, III e V do art. 5ª da IN SEGES/ME nº 65/2021, ao agrupar e incorporar as informações acerca de aquisições públicas divulgadas no Painel Nacional de Contratações Públicas — PNCP, além da busca a preços junto a fornecedores diretos obtidos por meio de consultas a sites especializados, sob o prisma do inciso IV da citada IN, o que permitiu estimar, pelo menor valor, o total de R$ 14.089.400,00 (quatorze milhões oitenta e nove mil e quatrocentos reais) para a contratação.

Item	Quantidade	Unidade	Valor Unitário Médio	Valor Total
Calças conversíveis em bermudas	130.000	Unidade	R$ 80,14	R$ 10.418.200,00
Bonés legionários	130.000	Unidade	R$ 28,24	R$ 3.671.200,00

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item. Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado" — relatório disponibilizado nos autos

DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS Mediana das Propostas Finais- Capta os preços finais da licitação e seleciona o preço do meio (no caso de número impar de propostas) ou a média dos preços do meio.

Acrescente-se que o Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio agregador para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

A memória de cálculo detalhada consta do relatório de cotação juntado aos autos do presente processo, conforme o disposto no art. 3º da IN SEGES 65/2021.

Ademais, a busca por fornecedores diretos, conforme inciso IV da citada IN, resultou em preços conflitantes com os obtidos por meio da consulta ao Banco de Preços, não permitindo uma estimativa segura, conforme propostas que serão anexadas aos autos, razão pela qual foram desconsideradas na apuração da estimativa em tela.

Propostas recebidas

Item	Quantidade	Média do Banco de Preços	Empresa A	Empresa B	Empresa C
Calça conversível em bermuda	130.000	80,14	123,46	174,90	------
Bonés tipo legionários	130.000	28,24	29,00	42,00	27,20

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando o disposto no art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e após análise técnica e econômica, concluiuse pelo parcelamento da solução, em virtude do quantitativo do objeto e da possibilidade de escalonar a entrega conforme as necessidades e disponibilidades orçamentárias do IBGE.

Dessa formal a administração entende conveniente que o prazo de entrega dos bens possa ser de até 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato.

As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	mínimo de 20.000 unidades/item	*em até 90 dias após a assinatura do Contrato.*
2ª	mínimo de 20.000 unidades/item	*em até 90 dias após a assinatura do Contrato.*
3ª	mínimo de 20.000 unidades/item	*em até 90 dias após a assinatura do Contrato.*
4ª	mínimo de 20.000 unidades/item	*em até 90 dias após a assinatura do Contrato.*
5ª	mínimo de 20.000 unidades/modelo	*em até 90 dias após a assinatura do Contrato.*

Assim, a contratação parcelada mostra-se vantajosa, e eficiente, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A presente contratação guarda relação com as aquisições em andamento nos processos 03605.000119/2026-17 e 03605.000118/2026-64, abertos para a contratação das demais peças que irão compor a uniformização das equipes do **12º CAFA**.

Tendo em vista a necessidade de compatibilizar as necessidades do IBGE com o orçamento federal, a Administração entende que as aquisições em separado por meio de SRP garante a flexibilidade necessária para melhor controle das aquisições frente às dotações orçamen e maior competitividade dos certames, possibilitando a obtenção de preços mais vantajosos para o IBGE.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição em tela está alinhada ao Plano de Contratações Anual do IBGE, em conformidade com o disposto no inciso IX do art. 9º da IN SEGES nº 58/2022, nos seguintes grupos de despesa:

Id pca PNCP: 33787094000140-0-000015/2026
Id do item no PCA: 152 ; **Id do item no PCA**: 153;
Classe/Grupo: 8405 - VESTUÁRIO EXTERNO MASCULINO;
Identificador da Futura Contratação: 114637-69/2026 **Fonte**: Portal Nacional de Contratações Públicas

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Conforme dispõe o inciso IX do §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, registre-se que a contratação em tela visa proporcionar melhores condições de saúde e de segurança aos profissionais envolvidos na realização do **12º CAFA**, reduzindo os riscos associados à exposição solar e ambiental, bem como reforçando a identidade visual institucional do IBGE, com vistas a garantir a adequada execução das atividades censitárias em todo o território nacional, atendendo aos princípios da eficiência administrativa, da economicidade e da proteção do trabalhador.

13. Providências a serem Adotadas

Os servidores que atuarão na gestão e na fiscalização dos contratos resultantes dessa contratação já são previamente capacitados para atuar nessas funções, o que não requer ações de capacitação no caso em tela.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Práticas de Sustentabilidade

A Lei nº 14.133, de 2021, em seu art. 5º, traz o desenvolvimento nacional sustentável como princípio, reconhecendo-o como valor fundamental no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, o IBGE entende as contratações públicas como importantes instrumentos para o fomento da cultura da sustentabilidade na sociedade, em suas dimensões ambiental, social e econômica, razão pela qual requer dos licitantes atenção, quando viável, aos preceitos listados a seguir.

- **Ambiental:** Dar preferência a vestuários e acessórios confeccionados com materiais de menor impacto ambiental, como fibras de origem sustentável, tecidos reciclados ou biodegradáveis. Seleção de fornecedores que adotem processos produtivos menos poluentes, com certificação ambiental reconhecida.
- **Social:** Priorizar fornecedores que respeitem legislações trabalhistas, incentivem a geração de emprego local, promovam diversidade e assegurem condições dignas de trabalho, em linha com políticas de responsabilidade social.
- **Econômica:** Considerar o ciclo de vida dos itens, buscando materiais de maior durabilidade e menor manutenção, contribuindo para a economicidade institucional pela redução da necessidade de substituições frequentes e do consumo de recursos.

O atendimento adequado à demanda requer que os requisitos sejam restritos tão somente ao necessário para garantir a identificação institucional, proteção, conforto, durabilidade, respeito à legislação e promoção de práticas sustentáveis, sem imposições que possam restringir indevidamente a concorrência ou elevar os custos além do justificado.

15. Catálogo Eletrônico de Padronização

Em consulta realizada em 03/08/2026 por meio do link https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-depadronizacao, no qual é possível verificar o catálogo eletrônico de padronização do Governo Federal, verifica-se que o catálogo disponibiliza para consulta somente os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição, razão pela qual justifica-se a não utilização do catálogo eletrônico de padronização, conforme o disposto no art. 19, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16. Intenção de Registro de Preços

Consoante o disposto no art. 86, §1º da Lei 14.133/2021, e no §2º do art. 9º do Decreto nº 11.462/2023, sendo o IBGE o único contratante da ARP resultante deste processo licitatório é dispensável a divulgação da intenção do registro de preços.

Assim, frise-se que embora seja regra a divulgação da IRP pelos órgãos e entidades, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento quando o órgão for o único contratante.

Diante do exposto, e considerando a condição de órgão gerenciador assumido pelo CDDI/IBGE no presente caso, **a Administração optou pela não divulgação da presente IRP em virtude da necessidade de realização e conclusão célere deste procedimento licitatório**, tendo em vista a operação censitária em andamento programada para o segundo semestre de 2027, que poderia não ser viabilizada caso houvesse a divulgação da IRP e a participação de outros órgãos da administração pública, que demandaria maior tempo na realização dos procedimentos e, consequentemente, alongamento do prazo da licitação.

Ressalte-se, sobretudo, a própria natureza do objeto a ser contratado, que é específico para o **12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola**, atendendo portanto e tão somente às necessidades do IBGE

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto, após análise dos requisitos técnicos, das soluções disponíveis no mercado e das estimativas de custos, consoante ao disposto no inciso XIII do art. 9º da IN SEGES 58/2022, concluímos pela VIABILIDADE da contratação, uma vez que a solução identificada atende em sua plenitude às necessidades operacionais e estratégicas do IBGE e está em compatibilidade com a previsão orçamentária e com o PCA, assegurando transparência e eficiência ao processo de aquisição.

Saliente-se, por oportuno, que as informações expostas no presente Estudo Técnico Preliminar não estão enquadradas nas hipóteses de sigilo conferidas pelo art. 23 da Lei 12.527/2011 e respeitam integralmente ao disposto Lei Geral de Proteção de Dados, Lei n° 13.709/2018.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JORGE GONZAGA DOS SANTOS

Requisitante

MARLON FERNANDO SCHLUGA
Integrante Técnico

EMERSON MATOSINO FERREIRA DIAS
Integrante Técnico

MARCELO ALVES FEITOZA
Integrante Administrativo

Assinou eletronicamente em 13/08/2026 às 10:39:03.

Documento assinado eletronicamente por MARLON FERNANDO SCHLUGA, Assessor Técnico Especializado, em 14 de Agosto de 2026, às 12:53:17, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf informando o código verificador 7950267982790672442 e o código CRC 63624BE2.

eIBGE Documento certificado

eIBGE nº 6e55069b-a766-403a-93db-3145ddf8be3b

Documento assinado eletronicamente por JORGE GONZAGA DOS SANTOS, Coordenador, em 17 de Agosto de 2026, às 15:28:04, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf informando o código verificador 7113056689337683243 e o código CRC 523AD41.

eIBGE Documento certificado

eIBGE nº 62b6a75f-5330-4d2b-8203-00930e909529

Documento assinado eletronicamente por EMERSON MATOSINO FERREIRA DIAS, Analista de Planejamento, Gestão e Infra-Estrutura em Informações Geográficas e Estatísticas, em 17 de Agosto de 2026, às 15:41:20, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf informando o código verificador 2886686657037026038 e o código CRC 3705A50.

eIBGE
Documento certificado

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

(Processo Administrativo n° *03605.000120/2026-33*)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE E A EMPRESA .....

A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, com sede na Av. Franklin Roosevelt, nº 166, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.787.094/0001-40, neste ato representada pelo Coordenador-Geral do CDDI, Sr. José Daniel Castro da Silva, nomeado pela Portaria nº 1073, de 11 de outubro de 2023, publicada no DOU de 17 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1674034, doravante denominado CONTRATANTE CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ],* sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]*/*[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* ***OU*** *[procuração apresentada nos autos],* tendo em vista o que consta no Processo nº *03605.000120/2026-33* e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico* nº *114637-69/2026,* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição, mediante Sistema de Registro de Preços - SRP, de calças conversíveis em bermudas e bonés do tipo legionário (estilo touca árabe) a serem utilizados pelos agentes censitários na operação do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. - CAFA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Calça conversível em bermuda Material da calça/bermuda conversível: • malha piquet composta por 65% poliéster e 35% algodão • gramatura nominal 200g/m² • tolerância da gramatura: + ou –5% • Finalidade: Vestimenta operacional destinada a atividades de campo com exigência de mobilidade, conforto térmico e resistência ao uso contínuo Tonalidade do tecido: azul pantone 2767 • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+. • Botão metálico ou usinado resistente • Zíper conversível (pernas): destacável, nylon de qualidade equivalente à YKK Sistema conversível: • Zíper acima do joelho • Separação em bermuda • 2 bolsos frontais tipo faca com forro reforçado • 2 bolsos traseiros embutidos com lapela, fechamento velcro • 2 bolsos laterais cargo com fole, tampa de velcro Ampla concorrência - 75%	238273	Unidade	97.500		
2	Calça conversível em bermuda Material da calça/bermuda conversível: • malha piquet composta por 65% poliéster e 35% algodão	238273	Unidade	32.500		

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

	• gramatura nominal 200g/m² • tolerância da gramatura: + ou –5% • Finalidade: Vestimenta operacional destinada a atividades de campo com exigência de mobilidade, conforto térmico e resistência ao uso contínuo Tonalidade do tecido: azul pantone 2767 • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+ • Botão metálico ou usinado resistente • Zíper conversível (pernas): destacável, nylon de qualidade equivalente à YKK Sistema conversível: • Zíper acima do joelho • Separação em bermuda • 2 bolsos frontais tipo faca com forro reforçado • 2 bolsos traseiros embutidos com lapela, fechamento velcro • 2 bolsos laterais cargo com fole, tampa de velcro EPP e ME - 25%					
3	bonés do tipo legionário • Material do boné: 100% poliamida • Modelo com regulagem para cabeça: ajuste traseiro elástico • Telas laterais e ilhoses metálicos com tratamento anti-corrosão para ventilação • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+• Cor do boné: azul Pantone 2767 • Cor da impressão em silk-screen: branco • Proteção para o pescoço removível. FRENTE Aplicação logo frente do boné 7 cm x 2 cm (largura x altura). Aplicação logo em ambas as laterais do boné 7cm x 2cm (largura x altura). VERSO ajuste	373885	Unidade	97.500		

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

	traseiro elástico Ampla concorrência - 75%					
4	**bonés do tipo legionário • Material do boné: 100% poliamida • Modelo com regulagem para cabeça: ajuste traseiro elástico • Telas laterais e ilhoses metálicos com tratamento anti-corrosão para ventilação • Fator de Proteção Ultravioleta (FPU/UPF) mínimo de 50+ no boné e nas telas laterais• Cor do boné: azul Pantone 2767 • Cor da impressão em silk-screen: branco • Proteção para o pescoço removível. FRENTE Aplicação logo frente do boné 7 cm x 2 cm (largura x altura). Aplicação logo em ambas as laterais do boné 7cm x 2m (largura x altura). VERSO ajuste traseiro elástico EPP e ME - 25%**	**373885**	**Unidade**	**32.500**		
					TOTAL	**R$**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ **xxxxxx** (**xxxxxxxxx**).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 (trinta) dias*;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*

9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*

9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*

9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*

9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*

9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*

9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*

9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*

9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*

9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*

9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade:114601/11301;
II) Fonte de recursos:1000;
III) Programa de trabalho: 249583;
IV) Elemento de despesa: 33903023; e
V) Plano interno: 12CENSOAGRO; e
VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Rio de Janeiro*, Seção Judiciária de *Rio de Janeiro* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, na data da assinatura eletrônica

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

(Processo Administrativo n° *03605.000120/2026-33*)

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

A **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**, com sede na **Av. Franklin Roosevelt, nº 166, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro**, inscrita no CNPJ sob o nº **33.787.094/0001-40**, neste ato representado(a) pelo(a) **Coordenador-Geral do CDDI, Sr. José Daniel Castro da Silva**, nomeado(a) pela Portaria nº **1073**, de **11** de **outubro** de **2023**, publicada no DOU de **17** de **outubro** de **2023**, portador da Matrícula Funcional nº SIAPE 1674034, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 114637-13/2026, publicada no **DOU**..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º **03605.000120/2026-33**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação nº **114637-69/2026**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de calças conversíveis em bermudas e bonés do tipo legionário (estilo touca árabe) a serem utilizados pelos agentes censitários na operação do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola - CAFA, especificado no item **1.1** do Termo de Referência, anexo I do **edital de licitação nº 114637-69/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE**.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos

termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **2 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

(Processo Administrativo n° 03605.000120/2026-33)

Por meio deste instrumento, ... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº 114637-69/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 2026.

_____
(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

ANEXO V

PROPOSTA COMERCIAL

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

(Processo Administrativo n° 03605.000120/2026-33)

PROCESSO Nº 03605.000120/2026-33	CARIMBO CNPJ
EMPRESA:	
ENDEREÇO:	
CEP:	
TEL.: FAX.:	
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (em R$)	PREÇO TOTAL em R$)
1		**Unidade**	**97.500**		
2		**Unidade**	**32.500**		
3		**Unidade**	**97.500**		
4		**Unidade**	**32.500**		

IMPORTA A PRESENTE PROPOSTA NO VALOR TOTAL DE R$_____ ( )

DECLARAMOS que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital, bem como declaramos inteira submissão às condições de fornecimento constantes do Pregão nº **114637-69/2026.**

Prazo de execução: Conforme item 5 do Termo de Referência. Condições de pagamento: Conforme item 8 do Termo de Referência.	Validade da proposta: 60 (sessenta) dias Data: 13/11/2026 _____ **Assinatura e carimbo do resp. pela proposta**

Dados bancários para fins de pagamento:

Banco:

Agência:

Conta: